

Ouro Branco

Os produtores de leite dos Açores viram recentemente satisfeita a sua pretensão, de aumentar a quota leiteira da região de 450 para 500 mil toneladas. Com essa alteração, não só não são penalizados pelo facto de durante vários anos terem violado os limites estabelecidos, como passam a poder beneficiar de ajuda comunitária na produção acrescida. Do ponto de vista dos agricultores, há certamente motivos de regozijo. Mas para a economia do território, esta alteração traduz-se basicamente em mais do mesmo: subsidio-dependência e incentivos errados.

Sendo a região mais pobre da Europa (dos 15), a economia dos Açores tem mesmo assim vindo a divergir relativamente ao território do Continente. De acordo com a Comissão Europeia, o PIB por indivíduo com idade para trabalhar caiu de 87% da média nacional em 1990 para 74% em 2001. Acresce que a população com idade para trabalhar é a menos qualificada da Europa e os Açores têm revelado uma grande dificuldade em fixar os seus quadros técnicos mais competentes. Em geral, o território padece do síndrome duplo da ultra periferia e da dimensão reduzida. Os elevados custos de transporte oneram o comércio externo, como se de um imposto se tratassem, limitando os ganhos de eficiência decorrentes da abertura ao exterior. A incidência dos custos de transporte não é, no entanto, igual para as importações e exportações. Como a economia recebe ajudas do exterior, importa mais do que exporta, pelo que muitos contentores chegam ao território cheios, mas regressam vazios. Os elevados custos de transporte na importação, aliados à reduzida dimensão dos mercados locais, favorecem o aparecimento de monopólios em sectores onde normalmente a concorrência seria a regra. Ao nível do sector público, a necessidade de dotar cada uma das ilhas de um conjunto de serviços essenciais (administração local, tribunais, segurança pública, infra-estruturas) resulta em significativas perdas de economias de escala. Se não fosse a ajuda externa, os contribuintes açorianos teriam de efectuar um enorme esforço para ter acesso a um nível mínimo de serviço público.

Sem dúvida, a economia dos Açores necessita de ajuda externa. Mas não chega receber apoios. A forma como a ajuda é administrada tem efeitos no desenvolvimento económico. Para que a ajuda tenha efeitos permanentes, é desejável que se traduza em aumento de competitividade. Só assim se pode falar em Coesão Económica.

No território dos Açores, a PAC constitui um importante instrumento de Coesão Social. Ao contrário do que se passa no resto da Europa, onde 80% das ajudas da PAC vão para 20% dos agricultores, como nos Açores a produção de leite é, em geral, de pequena escala e está

relativamente dispersa por todo o território, as ajudas atingem uma percentagem muito significativa da população. Para muitas famílias, a posse de uma licença de produção de leite constitui mesmo uma questão de sobrevivência.

Mas do ponto de vista da coesão económica, a política agrícola deixa muito a desejar. Em primeiro lugar, porque discrimina em favor de uma cultura específica, sem que para tal haja razão aparente. O resultado tem sido uma excessiva especialização na produção de leite, que resulta em graves problemas ambientais (contaminação dos recursos hídricos em geral, desequilíbrios ecológicos nas lagoas das Furnas e das Sete Cidades) e aumenta a vulnerabilidade da economia a alterações das regras de jogo. Se, de um momento para o outro, as ajudas à produção de leite desaparecessem, os Açores mergulhariam numa profunda crise económica e social.

Na verdade, toda a economia dos Açores é alimentada por subsídios. Subsídios da Comissão Europeia, benefícios fiscais, transferências do Continente, forte presença da Administração Pública. Alguns dos apoios recebidos, na medida em que contribuem para aumentar a qualidade da governança local, do capital humano ou das infra-estruturas, abonam em favor da competitividade e da coesão económica. Mas apoios há que, pelo facto de discriminarem quando não deveriam discriminar ou por não discriminarem quando deveriam discriminar, geram incentivos perversos. Um exemplo é a PAC. Outro exemplo são as ajudas do Estado, que chegam praticamente a todas as empresas do território, independentemente da sua exposição aos custos da insularidade. Será razoável por exemplo, atribuir subsídios a sectores não transaccionáveis, como o comércio a retalho ou a construção civil, sabendo que a procura dirigida a esses sectores é já derivada de outros subsídios e que, na realidade, esses sectores não estão (por definição) mais isolados relativamente ao resto do mundo no território dos Açores do que em qualquer parte do Mundo? Outro exemplo, é a política fiscal. Ao abrigo do novo quadro financeiro para as regiões autónomas, as empresas do território beneficiam de reduções de impostos, quer em sede de IRC, quer em sede de IRS, reduções essas que são uniformes ao longo de todos os sectores, independentemente dos custos de transporte envolvidos ou da sua orientação para o mercado externo ou interno. Será de estranhar que, com tal política, algumas empresas de informática estejam a mudar as suas sedes do Continente para os Açores?

Distribuir apoios pelos agentes económicos, independentemente das distorções envolvidas pode ser uma forma interessante de promover a coesão social, mas gera dependência e não abona em favor da coesão económica. Para que a política promova o crescimento sustentado, é necessário ajustar os mecanismos de apoio por forma a manter os preços relativos bem alinhados e proporcionar os incentivos correctos. No caso dos Açores, há ainda muito a fazer nessa matéria.

Miguel Lebre de Freitas

Departamento de Economia da Universidade de Aveiro